

Moratória de um ano é recorde *Divida externa*

Beth Cataldo

BRASÍLIA — Depois dos cem dias de mandato, o governo Collor pode, se quiser, celebrar outra data mágica: a maior moratória da dívida externa na história do país completa um ano neste mês de julho. A magnitude do calote pode ser comprovada por qualquer critério — seja pelo tempo de suspensão dos pagamentos aos credores externos, seja pelo volume de dinheiro retido nos cofres do Banco Central. Sua abrangência também é impressionante. Desta vez, ao contrário da suspensão anunciada com estardalhaço pelo presidente José Sarney,

em fevereiro de 1987, não foram poupados sequer os juros de empréstimos renegociados com o Clube de Paris. E, de quebra, o Plano Collor entesourou, por mais de três meses, US\$ 1,8 bilhão de remessas de dividendos e lucros de investidores estrangeiros.

Foi no dia 1º de julho do ano passado que o então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, telefonou a Nova Iorque para avisar aos membros do comitê assessor de bancos credores que o Brasil passaria a atrasar os pagamentos da dívida. A atitude já era esperada pelos bancos internacionais, informados da intenção do governo Sarney de

transferir ao seu sucessor um nível seguro de reservas internacionais. Mas, frustrado pelo isolamento a que a tática do confronto com a comunidade financeira internacional condenou o seu governo, na primeira experiência de moratória, Sarney preferiu optar desta vez por uma postura discreta. Nada de trombetear a suspensão de pagamentos. Nada de ir aos jornais e à televisão declarar oficialmente que parávamos de pagar. A rigor, nem a palavra moratória foi pronunciada — uma situação que o governo atual herdou e, aparentemente, não desgostou dela, tanto que lhe deu continuidade. (Continua na pág. 5)

03 JUL 1990

JORNAL DO BRASIL

Br

Moratória de 1 ano é recorde

(Continuação da 1ª página)

A pesar de o Banco Central evitar a divulgação de números oficiais, as ordens de grandeza envolvidas no primeiro aniversário do que se convencionou chamar de moratória branca são eloquentes. Os bancos privados internacionais deixaram de receber, até agora, cerca de US\$ 5,5 bilhões e o Clube de Paris, outro US\$ 1 bilhão. Com toda a pompa com que foi anunciada, a moratória deflagrada por Dilson Funaro, em 87, não resistiu mais do que nove meses, acumulando atrasos de US\$ 4,5 bilhões junto aos credores privados, mas respeitando o terreno minado dos juros devidos aos organismos oficiais. Em 1983, quando o Brasil foi arrastado para a insolvência, no fogo da crise da dívida externa mexicana, o então ministro do Planejamento, Delfim Netto, contentou-se em centralizar o câmbio no Banco Central e liberar em contagotas os poucos recursos de que dispunha o país.

Transferências — Se o governo Collor tivesse retomado os pagamentos devidos aos credores privados e oficiais neste ano, o país engordaria em nada menos do que US\$ 15 bilhões as transferências reais de recursos ao exterior, ou seja, descontados os empréstimos externos que eventualmente fossem concedidos ao Brasil. Somente de juros aos credores privados, a conta deste ano é estimada pelo Banco Central em US\$ 8,4 bilhões. O levantamento de que dispõe a atual equipe econômica, com base em dados do Banco Central, indica que no período de 83 a 89 o país enviou ao exterior, também em termos líquidos, nada menos do que US\$ 54 bilhões por conta de pagamentos diversos vinculados ao endividamento externo.

Dados como esses é que susten-

tam a posição expressa pelo atual governo de que a dívida externa brasileira é impagável. Mas não se deve esperar da equipe responsável pela área externa nenhum gesto grandiloquente que caracterize uma posição de confronto com a comunidade financeira internacional. O tom das negociações agora é dado por um diplomata de carreira — o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida —, acostumado ao jogo de tensões imposto pelos bancos credores privados, sempre às voltas com prazos e consequências fatais para o futuro da economia brasileira. Em nenhum momento, por exemplo, Dauster comprometeu-se com metas quantitativas ou datas rígidas na negociação da dívida, assim como evitou antecipar os critérios para esses entendimentos, a não ser estabelecer o marco genérico de respeitar a capacidade de pagamento do país.

Mas o governo sabe que não está lidando com amadores do lado de lá. Na questão do bloqueio das remessas de lucros e dividendos, assunto que os investidores estrangeiros até hoje não conseguem abordar sem uma extrema irritação, as pressões sobre a equipe econômica ameaçavam subir perigosamente de tom. "O que a senhora tem a dizer às empresas que vão perder US\$ 300 milhões pelo dinheiro bloqueado no Banco Central?", perguntou, à queima-roupa, um empresário americano à ministra Zélia Cardoso de Mello, em sua última passagem pelos Estados Unidos. Serenados os ânimos com a suspensão do bloqueio na semana passada, os banqueiros internacionais já começaram a brandir outra arma conhecida no jogo de pressões com os países devedores: o estrangulamento das linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias.

O governo brasileiro tem reagido

com frieza a essas primeiras manifestações concretas de retaliação, convencido de que o poder de fogo da comunidade financeira internacional não é mortal. "O que pode nos acontecer?", indaga um integrante da equipe de negociação da dívida. Outros passos nessa guerra fria devem se suceder, como a ameaça de rebaixamento da classificação dos créditos brasileiros, uma experiência já vivida pela Argentina, sem maiores consequências práticas. Ao mesmo tempo que rastreia insistentemente o espaço das retaliações, prevenindo-se contra alguma novidade ainda desconhecida da história das relações com os credores, o governo brasileiro arma com cuidado o cenário para a retomada dos contatos com os bancos internacionais, prevista para a segunda quinzena deste mês, paralelamente às negociações com o Fundo Monetário Internacional.

O cuidado com os detalhes, que denuncia a experiência de diplomata de Jório Dauster, começa pelo convite a que os bancos credores compareçam individualmente à frente da equipe brasileira de negociação. É claro que não se espera que se apresentem representantes individuais dos 700 bancos credores do país. Na verdade, somente 50 instituições financeiras respondem por 85% da dívida brasileira — e esse universo é o que conta. A expectativa é de que um novo desenho de comissão de negociação dos bancos possa brotar nesse processo, quebrando a hegemonia de quase uma década do comitê assessor comandado por William Rhodes, do Citibank. E que se possa evitar as cenas de constrangimento vividas por antigos negociadores brasileiros, que se comprimiam à frente de uma dúzia de banqueiros sem qualquer controle do script encenado pelos credores.